



Historia de las Ideas

POR UM SUJEITO INTRAMUNDANO DA HISTÓRIA, SEGUNDO IGNACIO ELLACURÍA

Rogério Baptistella

Professor e Coordenador do Curso de Filosofia da Facultad de Palotina – FAPAS, em Santa Maria – RS / Brasil, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UNISINOS, Brasil. E-mail: coord_filosofia@fapas.edu.br

Resumen

O presente artigo tem como principal objetivo analisar a possibilidade de identificar um possível sujeito da história, no interior da proposta da filosofia da história ellacuriana. Tendo em vista a realidade de opressão em que se encontrava a América Latina, em especial El Salvador, Ellacuría se pergunta pela possibilidade de constituir-se um verdadeiro sujeito dos processos históricos. Ignacio Ellacuría sistematiza sua proposta filosófica a partir da categoria de realidade histórica. Esta concepção não só se diferencia da concepção de história dos filósofos modernos como também na forma de conceber seu sujeito. Esta nova compreensão apresenta uma saída (*Ausgang*) do Idealismo Alemão (razão e matéria), assumindo um processo de conscientização da transformação da realidade histórica. A realidade histórica, dinâmica e concretamente considerada, tem um caráter de práxis. A novidade aportada pelo autor está em conceber a realidade histórica como práxis humana. Enfim, se de fato a história tem um caráter de práxis sustentada por um dinamismo de possibilitação e capacitação significa que o destino da mesma não está predeterminado, levantando assim, a possibilidade de constituir-se um autêntico sujeito dos processos históricos.

Palavras-chaves: realidade histórica; sujeito da história; apropriação de possibilidades; práxis; possibilidade.

1. Introdução

Este artigo tem como intuito explicar, em breves palavras propedêuticas, aquilo que constitui o sujeito da história para Ignacio Ellacuría, distinguindo-o da filosofia de Hegel e Marx, sobremaneira. Na primeira parte do trabalho, de forma muito breve e geral, analisamos as concepções de história de Hegel e Marx, para identificarmos, naqueles, um possível sujeito da história.

A presente interpretação daqueles autores, não pretende se dar por uma via dogmática. Embora em muitos aspectos possa parecer uma interpretação inexata, por outro lado, parece ser uma interpretação justificada, pois adotamos como linha diretiva a interpretação ellacuriana, a qual, por sua vez, tenta extrair o que há de melhor em cada um destes pensadores precedentes, sem intentar uma conjugação dos mesmos, mas objetivando-se para além dos mesmos.

Num segundo momento procuramos analisar a concepção de história de Ellacuría. Para tanto partimos de uma diferenciação feita por Xavier Zubiri entre tradição e história. Para este autor, o problema do sujeito da tradição e do sujeito da história não é formalmente o mesmo problema. A tradição é abordada como sendo a raiz da história e não a história propriamente dita.

Feita esta distinção, bem como identificado o sujeito da tradição, a abordagem centra-se na possibilidade de identificarmos um possível sujeito da história a partir da concepção filosófica de Ignacio Ellacuría. Esta última parte da pesquisa está dividida em quatro partes. Na primeira parte, o objetivo é encontrar indícios de subjetividade nas estruturas que compõem a história. É importante destacar que não abordaremos as estruturas que integram a história, mas averiguaremos simplesmente se nelas há espaço para uma subjetividade. Num segundo passo, apresentamos a compreensão formal de história de Ellacuría, entendida como apropriação de possibilidades. Tais possibilidades exigem, por sua natureza, a presença e atuação de um sujeito. Uma vez identificada a presença de um sujeito histórico, este sujeito não pode ser um sujeito meramente passivo, nem algo que está fora da dinâmica histórica, mas sim, um sujeito submetido à história. Somente um sujeito histórico poderá chegar a ser um sujeito da história, conforme será elucidado no pensamento de Ellacuría. Por fim, apresentaremos o sujeito da práxis histórica que, para o autor, são as maiorias populares. A realidade histórica, dinâmica e concretamente considerada tem um caráter de práxis. Isto significa que o destino das comunidades, da sociedade, da humanidade, da história e de sua realização não está determinado para um único fim, mas constitui uma tarefa que permanece em aberto, isto é, sem um *telos* predeterminado.

2. O sujeito da história para Hegel e Marx

A concepção de história de Hegel é basicamente desenvolvida em sua obra *As lições sobre a filosofia da história universal*. O desenvolvimento da história está sob o domínio da razão. “Mas o único pensamento que aporta é o simples pensamento da razão, de que a razão rege o mundo e de que, portanto, também a história universal transcorreu racionalmente”¹

De outro modo, mas não menos contundente Hegel argumenta: Se olharmos a história racionalmente, ela nos olhará racionalmente de volta².

Com Hegel e seu idealismo absoluto, ninguém mais que o espírito rouba toda a cena. A História é vista por Hegel como sendo história do espírito que se realiza. A figura que melhor a ilustra é uma espécie de conjugação entre o cíclico e o linear – a espiral- cujas características principais são o progresso – progresso do espírito em ganho de liberdade e autoconsciência de si – e a teleologia o espírito absoluto constitui o *telos* que confere sentido à História. Por essa razão, “... pode-se dizer que a história universal é a representação do espírito no esforço de elaborar o conhecimento de que ele é em si mesmo”³. Logo à frente Hegel assevera “(...) a história universal é o progresso na consciência da liberdade”⁴. Para Hegel, quem conduz a história é o espírito e o que o move é a busca pela liberdade⁵. A História é entendida por Hegel como os diferentes estágios de desenvolvimento do mesmo espírito absoluto⁶ em busca de sua auto-compreensão e liberdade. Como se trata de diferentes estágios, mas de um mesmo espírito absoluto, na História podem ser reconhecidas regras, identificado um padrão, que nada mais são que as “três regras básicas da lógica”, ou seja, tese, antítese e síntese. A história é, para Hegel, neste sentido, o desenvolvimento dialético que o espírito tem de si mesmo, em todas as etapas que sucederam no tempo, em outras palavras, a história da filosofia é o próprio desenvolvimento histórico do espírito⁷. O verdadeiro protagonista da história, segundo Hegel, é o Espírito cujo fim é a conquista da liberdade⁸.

¹ Hegel, G. W. F. *Lecciones sobre la filosofía de la historia universal*. Tradução de José Gaos. Madrid: Alianza Editorial, 1994, p. 43.

²Cf.: Inwood, Michael. *Dicionário Hegel*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p.187.

³Hegel, G.W.F. *Filosofia da História*. Tradução de Maria Rodrigues e Hans Harden. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995, p. 24.

⁴ Ibidem, p. 25.

⁵ “A história universal (...) mostra o desenvolvimento da consciência da Liberdade por parte do Espírito Absoluto e da conseqüente realização dessa Liberdade. Este desenvolvimento implica uma graduação – uma série de expressões ou manifestações de Liberdade cada vez mais adequadas, que resultam da sua Idéia.”. Gardiner, Patrick. *Teorias da História*. 5 ed. Tradução de Vítor Matos de Sá. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2004. p. 85.

⁶ O Espírito Absoluto (*Geist*) é uma categoria hegeliana empregada para designar o todo, em suas múltiplas facetas apresentadas no transcurso temporal, segundo uma lógica dialética intrínseca onde, através dos movimentos de tese, antítese e síntese, parte-se da situacionalidade do espírito encarnado (Natureza) descrevendo os processos de evolução (*Steinerung*) sobre si mesmo, até alcançar a plena liberdade e a plena consciência de si (*telos* do *Geist*).

⁷Cf. Hegel, Georg Wilhelm. *Introducción a la historia de la filosofía*. Buenos Aires: Aguilar, 1965, p.71.

⁸ Cf. Colomer, Eusebi. *El Pensamiento Alemán de Kant a Heidegger*. vol. II. Barcelona: Editorial Herder, 1986, p. 370.

A história para Hegel nada mais é do que a narrativa do transcurso dialético do espírito absoluto, em busca de sua autoconsciência e liberdade absoluta. O dinamismo dialético hegeliano é um dinamismo calcado em um idealismo absoluto da razão, ou seja, um dinamismo lógico do pensamento. Em Hegel, um dinamismo físico e temporal não se dá propriamente na realidade. Neste sentido, para Ellacuría a visão de história hegeliana carece de uma base material.

Marx, ao contrário de Hegel, vai fazer uma leitura materialista da realidade, ou seja, o materialismo histórico nada mais é que a aplicação do materialismo dialético à leitura da história. O que acontece na realidade e nos processos históricos⁹ não é produto do espírito, mas sim, produto de condições materiais tanto da natureza como da história¹⁰. O erro de Hegel, segundo Marx, foi de ter concebido o desenvolver da história de modo abstrato e idealista. “*Em Hegel, a dialética está de cabeça para baixo. É necessário pô-la de cabeça para cima, a fim de descobrir a substância racional dentro do invólucro místico*”¹¹. Marx vai fundamentar o sujeito da história no materialismo histórico, no caráter empírico: “*São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas, como as produzidas por sua própria ação*”¹². A história é feita pelos seres humanos vivos: “O primeiro pressuposto de toda história humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos” –e logo a seguir acrescenta: “*Produzindo seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material*”¹³.

Marx está convencido que o primeiro fato histórico são os seres humanos vivos, com necessidades básicas que precisam ser satisfeitas para que estejam aptos a “fazer a história”.

O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um fato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprida todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos¹⁴.

O sujeito da história, para Marx, não é o espírito, o único sujeito da história é a sociedade na sua estrutura econômica¹⁵. Ellacuría está de acordo com Marx que a história tem um fundamento material, porém não admite o caráter unívoco desta materialidade. Se para

⁹ “A concepção de história de Hegel pressupõe um espírito abstrato ou absoluto desenvolvendo-se de forma tal que a humanidade não é mais do que uma massa que o transporta, consciente ou inconscientemente. Daí Hegel introduzir, dentro da histórica empírica, exotérica, uma história especulativa, esotérica. A história da humanidade transforma-se na história do espírito abstrato da humanidade: um espírito da humanidade, portanto, para além do homem real” (Marx *apud* Gardiner, 2004. p.155).

¹⁰ Ellacuría, I. Scannone, Juan Carlos (Comp.). *Para una Filosofía desde América Latina*. Santafé de Bogotá: Colección Universitat Philosophia, 1992, p. 68.

¹¹ Marx, Karl & Engels, F. *A Ideologia Alemã*. 6 ed. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora Hucitec, 1987, p. 17.

¹² *Ibidem*, p. 26.

¹³ *Ibidem*, p.27.

¹⁴ *Ibidem*, p. 39.

Marx a história é uma dialética que requer uma práxis do desenvolvimento das forças produtivas; isto supõe, para Ellacuría, uma concepção de história e da realidade intramundana fechada em si mesma.

3. O sujeito da tradição para Ellacuría

Quem é o sujeito da história? A resposta parece ser óbvia: o homem. Esta resposta requer no mínimo mais uma pergunta. De que homem se está falando, individual ou social?¹⁶.

Ellacuría em consonância com Zubiri faz uma distinção entre sujeito da tradição e sujeito da história, pois formalmente existe uma distinção entre os dois. Metodologicamente a tradição é abordada como a raiz da história e não como sendo a história mesma.

A pergunta pelo sujeito da tradição e da história desdobra-se em dois pontos: “o sujeito que faz história ou tradição e o sujeito que padece tradição ou história”¹⁷.

Daí que todos estamos imersos na história e na tradição. A questão importante que se põe aqui é de saber quem é o sujeito da história e da tradição? Para resolver este complicado problema começamos pelo sujeito da tradição.

Seguindo a esteira zubiariana, Ellacuría não nega o caráter material da história. A história surge e tem seu fundamento na natureza material. Sem natureza não poderia existir história. Mas será a história puramente natural? Segundo Ellacuría, ao reduzir a história ao aspecto puramente natural, não só pode-se cair numa materialização do homem como também numa visão fatalista da história, onde o indivíduo estaria submetido às leis da história, sem opção de escolhas. A história não é somente herança nem puramente evolução: é transmissão *tradente*¹⁸ –entrega - de formas de estar na realidade. Mas, o mais característico da história é que, mais do que transmitir possibilidade, o que se transmite são capacidades para estar na realidade.

A evolução acontece por mutação, já as formas de estar na realidade ocorrem por invenção, porque é necessário optar “(...) o ato formal da história é a opção inventada, uma opção real entre alternativas reais e não uma resposta “estimúlica” entre alternativas estimúlicas”¹⁹.

¹⁵ Abbagnano, N. *História da Filosofia*, vol. X. 3 ed. Tradução de Armando da Silva Carvalho e António Ramos Rosa. Lisboa: Editorial Presença, 1985, p. 39.

¹⁶ Ao longo da história da filosofia o sujeito da história foi identificado de diferentes modos. Em Santo Agostinho o sujeito se identifica com a Igreja, em Hegel com o Espírito, em Marx com a Sociedade, em Heidegger com o indivíduo humano. Cf. Gracia, D. (1979) “*La historia como problema metafísico*”, em *Realitas III-IV*, p.111.

¹⁷ Ellacuría, Ignacio. *Filosofía de la realidad histórica*. Madrid: Editorial Trotta, 1990, p.394.

¹⁸ Cf. O termo *tradente*, do grego *parádoxis* e do latim *traditio*, no Português traduzimos por *tradição* ou *entrega*. Para aprofundar o estudo, sugere-se: (1-) Zubiri, Xavier. “*Dimensión histórica del ser humano*”, em *Realitas I*, Sociedad de Estudios y Publicaciones, 1986. (2-) Zubiri, Xavier. *Sobre El Hombre*. Madrid: Alianza Editoria, 1998. (3-) Zubiri, Xavier. *Sobre la Esencia*. Madrid: Alianza Editorial-Fundación Xavier Zubiri, 1985. (4-) Ellacuría, I. *Filosofía de la realidad histórica*. Madrid: Editorial Trotta, 1990.

¹⁹ Ellacuría. Op. Cit., 1990, p. 139.

A espécie humana está montada sobre um *phylum*²⁰, isto é, um esquema constitutivo desde o qual se dá a pluralidade e a diversidade dos indivíduos. Sem o *phylum* não seria possível falar de história, pois através da espécie, a história é um processo de transmissão *tradente*. É transmissão pelo fato de ser transmitida de geração em geração, uma serie de caracteres genéticos que permitem que a espécie continue existindo. Por outro lado é *tradente*, pois a geração precedente entrega à nova geração uma tradição. Ellacuría entende tradição como formas de estar na realidade, mas que também implica possibilidades; significa que o homem tem a possibilidade de optar e criar novas formas de estar na realidade.

É um processo de transmissão genética pelo qual os pais engendram nos filhos os caracteres genéticos. “Sem isso não haveria história. E é necessário sublinhar energeticamente: a história não começa de não sei que estrutura transcendental do espírito. A história existe por que começa de, e conflui em uma estrutura biogenética”²¹.

Esta transmissão genética constitui a unidade psico-orgânica dos indivíduos, em outras palavras essa transmissão genética forma a base material da história, sem a qual não haveria história.

Daí que Ellacuría considera que o sujeito da tradição é o *phylum*, a espécie, em outras palavras a humanidade sem excluir a participação pessoal. Com esta forma de conceber a história e o sujeito da tradição, Ellacuría pretende superar tanto as posturas idealistas que colocam o sujeito da história num macro sujeito (Espírito Absoluto), bem como as posturas materialistas que colocam o sujeito da história em aspectos puramente naturais e materiais.

Desdenha-se o aspecto filético e impessoal, a história seria a biografia de um Espírito Absoluto o de um grande ser, etc., ou no outro extremo, a acumulação de pequenas biografias pessoais, subordinadas talvez a biografia de alguns grandes homens, que foram regendo o curso da história. Desdenha-se o caráter individual e a participação pessoal (...) o histórico se confundiria com o natural e a história se reduziria o ser mera continuação do processo evolutivo. Tomados ambos os aspectos, a história com sua própria especificidade e peculiaridade pode abarcar tanto o individual como o coletivo, tanto o biográfico como o social²².

É importante ressaltar que o nexa da espécie (*phylum*) não surge de uma realidade extrínseca, estranha a realidade humana; tampouco através de um momento consciente, deliberado, pensado, senão que tem um fundamento biológico. O *phylum* é um esquema constitutivo sobre o qual a espécie está montada. É por meio deste esquema que se dá a pluralidade e individualidade da espécie. Assim sendo, a espécie tem uma dimensão social e uma dimensão pessoal.

²⁰ Em termos Gerais, o *phylum* é compreendido como a Espécie humana ou o gênero mais amplo no interior do qual reside a especificidade da natureza humana. Sobre este, sugere-se: (1-) Zubiri, Xavier. *Sobre El Hombre*. Madrid: Alianza Editoria, 1998. (2-) Zubiri, Xavier. *Sobre la Esencia*. Madrid: Alianza Editorial-Fundación Xavier Zubiri, 1985. (3-) Ellacuría, I. *Filosofía de la realidad histórica*. Madrid: Editorial Trotta, 1990.

²¹ Ellacuría. Op. Cit., 1990, p. 102.

²² Ellacuría,. Op. cit, 1990, pp.403-404.

Deste modo, a história para o autor em questão não é regida por um macro-sujeito ou o espírito absoluto como sugere Hegel. Por outro lado, também não é regida pelas forças de produção ou econômicas como sugere Marx. Para este autor, embora se possa falar de uma instância subjetiva essa tem que ser entendida enquanto subjetividade determinada por uma instância maior, a saber, os meios de produção. Conforme Samour, tanto Hegel como Marx, hipostatizam a história²³.

Segundo estas duas visões de história os indivíduos mais padecem do que fazem a história. Na visão ellacuriana a história não é algo que está “acima” ou mesmo algo que vem de “fora” dos indivíduos e dos grupos humanos, é sim uma realidade que tem a ver com os indivíduos e grupos concretos ainda que de forma impessoal, pois Ellacuría considera o *phylum* enquanto corpo social o sujeito da tradição. A história é algo que tem a ver diretamente com as pessoas e tão somente com elas embora ela não seja formalmente pessoal.

O fato da história ser, em termos lógicos, formalmente impessoal não significa que os indivíduos sejam meros espectadores. Reduzir a história puramente ao aspecto social seria de algum modo empobrecê-la. Na história cabem as biografias pessoais, a história social e biográfica. Isto se explica por meio do *phylum*, pois por meio dele os indivíduos da espécie convivem –aspecto social– por meio dele se dá uma tradição prospectiva –aspecto histórico– que pode ser ao mesmo tempo pessoal ou impessoal.

Como a espécie e o corpo social não anulam a personalidade do indivíduo e o *opus operantum* leva em si o vestígio vivo do *opus operantis*, que é muitas vezes uma obra reduplicativamente pessoal, nos encontramos com que a história social não exclui senão que reclama a história biográfica, mas no que esta tem de história e não no que tem de biografia pessoal.²⁴

A partir deste ponto de vista o sujeito da tradição é o *phylum*, o corpo social. O relevante para a história é o que se transmite socialmente, ainda que na história os indivíduos possam ser atuantes, suas ações somente serão históricas no momento que se tornam fato social.

4. A possibilidade de identificar um sujeito da história

4.1. Subjetividade e estrutura²⁵

Este ponto é crucial para o pensamento filosófico de Ellacuría tendo em vista que sua filosofia está voltada de modo especial para a realidade salvadorenha. “*Se não há resquício algum para a subjetividade teoricamente estaríamos ante a pura natureza e praticamente estaríamos sujeitos à passividade e ao fatalismo*”²⁶. Neste caso, a possibilidade de um

²³Cf.: Samour, H. *Voluntad de Liberación*, San Salvador, UCA editores, 2006, p. 98.

²⁴ Ellacuría. Op. cit., 1990, p. 405.

²⁵ As estruturas que compõe a realidade histórica são: estrutura material, biológica, psicológica, política, ideológica, pessoal e social. Não é possível aqui tratarmos de cada uma delas.

²⁶ Ellacuría, Op. cit., 1990, p. 283.

processo de libertação e humanização das estruturas históricas não passaria de uma mera ilusão. Por ilusão, entende-se o arraigamento em um sujeito supra-histórico que, quer pós-abstração, como em Hegel, quer materializando-o na morfose de forças produtivas, como em Marx, distanciar-se-iam do sujeito real, como defende Ellacuría. Conforme Castellón Martín, sem uma certa subjetividade, a história e a práxis histórica seria um processo cego, pois carecem de materialidade e historicidade.²⁷

O fato de existirem forças e determinações históricas²⁸ não significa que estas anulam totalmente a subjetividade. De acordo com Samour²⁹, a pergunta sobre a possibilidade de resolver o problema de um suposto sujeito da história já está dada na concepção de realidade histórica elaborada por Ellacuría. Por realidade histórica, entende-se a realidade intramundana dinâmica, estrutural e dialético, que foi constituindo-se de forma processual no qual se fazem presentes em todos os demais estágios da realidade histórica. De modo que não há realidade histórica sem realidade material, biológica, pessoal e social³⁰, na obra *Filosofia de la realidad histórica*, o autor em questão analisa as diversas estruturas e dinamismos que compõe a realidade histórica. Um dos principais objetivos de tal análise é justamente o de atestar que a realidade histórica entendida como estrutura dinâmica e concretamente considerada tem um caráter de práxis. A “novidade”, aportada por Ellacuría, está em conceber a realidade histórica como práxis humana, dinâmica e arraigada no real. A práxis é um fazer que pode ser tanto pessoal, como social. As estruturas históricas não se transformam por si só, nem estão predeterminadas a um único fim – como poderia prever-se ou determinar-se previamente em Hegel e Marx, mas a transformação sociohistórica supõe um sujeito intramundano.

Na história tem formalmente um campo de opção e de realização de opções que é estritamente social; é o que constitui formalmente a práxis, entendida esta como processo de realização que vai dirigida ao estrutural. A práxis não é neste sentido, qualquer tipo de ação, senão aquela que um faz – ou vários ou um grupo – como parte de um grupo social e vai dirigida para transformar a realidade desde seus gonzos estruturais³¹.

Para o filósofo naturalizado salvadorenho, não basta simplesmente reconhecer a presença de elementos subjetivos nas estruturas históricas, tal como acontece na teoria histórica, materialista, proposta por Marx. Para Marx, embora se possa falar de uma instância subjetiva, essa tem que ser entendida enquanto subjetividade determinada por uma

²⁷ Castellón Martín, J. J. *Ellacuría y la filosofía de la praxis*. Huelva: Hergué Editorial, 2003, p.126.

²⁸ Ellacuría elenca as seguintes forças: forças naturais, forças biológicas, forças psicológicas e forças sociais Cf. Ellacuría, Ignacio. *Cursos universitarios*. San Salvador: UCA Editores, 2009, p.299.

²⁹ Cf. Samour, H. *Voluntad de Liberación*, San Salvador, UCA editores, 2006, p. 327.

³⁰ Aqui não é possível abordar de forma detalhada todo o processo do surgimento da historia para tanto Cf. Ellacuría. Op. cit, 1990, pp. 43-136.

³¹ Ellacuría. Op. Cit., 2009, p. 266.

instância maior, a saber, os meios de produção³². O mesmo sucede-se em Hegel, onde toda realidade histórica submete-se a uma instância logicizadora, a saber, a dialética do espírito absoluto. Enquanto aquele prosta-se sobre uma base material, Hegel, por sua vez, assenta-se sobre uma base totalmente abstrata. Segundo Ellacuría, a concepção de Marx reconhece elementos subjetivos, mas não um sujeito da estrutura histórica, pois em última instância toda determinação é de base econômica. É sabido que para a reprodução da vida é necessário o mínimo de recursos materiais porém, isto não significa que o econômico determina todo processo histórico. Quanto a Hegel, a abstração e a logicização do processo histórico em uma dialética determinística, suprime todo sujeito intramundano, isento de qualquer inerência na realidade propriamente dita.

Não há um sujeito anterior ou fora da história. Este deverá ser intramundano e determinado, segundo Ellacuría. O caráter estrutural dos processos históricos “*reconhece não somente determinações objetivas senão que verdadeiros determinismos históricos*”³³. Os determinismos negam uma subjetividade absoluta e fixam, tanto o que não se pode, quanto o que é possível fazer: isto significa que os determinismos também não são absolutos, bem como, não conduzem os processos históricos em uma única direção teleológica quer abstrato-absolutizadora, quer materilística.

O reconhecimento da presença subjetiva nos processos estruturais da história abre espaço para uma certa indeterminação no processo: “*os sujeitos podem influir na marcha da história, ainda que para fazê-lo necessitam responsabilizar-se pela realidade, com a que contam para aproveitar as possibilidades que se lhe oferecem*”³⁴. Se de fato existe possibilidade histórica, esta possibilidade “*exigirá por sua mesma natureza a presença e a atuação de um sujeito*”³⁵. Isto porque as possibilidades fazem sempre referência a um sujeito concreto e estas somente se dão com a intervenção opcional do sujeito.

4.2. A história como atualização de possibilidades

Já apontamos acima que a história, segundo Ellacuría, encontra seu fundamento no *phylum* e que, através da espécie, é transmissão “*tradente*” – entrega - de formas de estar na realidade, ou modos de estar na realidade.

Em que consiste estas formas ou modos de estar na realidade? O que é mesmo que se transmite, através das mesmas?

³² “Marx y Engels fueron los primeros en esclarecer en sus obras científicas que el socialismo no es una invención de soñadores, sino la meta final y el resultado inevitable del desarrollo de las fuerzas productivas dentro de la sociedad contemporánea. Toda historia escrita hasta ahora es la historia de la lucha de clases, del cambio sucesivo en el dominio y en la victoria de una clase social sobre otra. Y esto continuará hasta que desaparezcan las bases de la lucha de clases y del dominio de clase: la propiedad privada y la producción social caótica” Cf. Nota do Editor in Ellacuría, Op. cit., 2009, p.299.

³³ Ellacuría, Op. cit., 2009, p. 305.

³⁴ Castellón Matín, Op. cit, 2003, p. 130.

³⁵ Ellacuría, Op. cit., 2009, p. 310.

O que se transmite não é somente uma carga genética, pois isto implicaria em assentar-se em um Naturalismo setecentista inglês. O que se transmite, na verdade, são formas de estar na realidade. Este processo indica a entrega de algo pelo qual se possa optar, que é sempre oferecido, nunca imposto. Ademais, esse processo de transmissão não indica uma necessidade fixa e unidirecional, nem se apresenta como possibilidade puramente lógica, mas sim, real.

Por possibilidade real, entende-se aquilo que é oposto à necessidade. Todavia, mais que um conceito filosófico, as possibilidades para Ellacuría indicam, sobretudo, o que se pode fazer em um determinado momento histórico. Essas possibilidades não dão o poder para optar. O poder de optar ou rejeitar-se algo pertence, única e exclusivamente, ao indivíduo. Conforme Ellacuría, “*As possibilidades não dão o poder para optar, mas se dão o poder para optar, o poder para optar é algo que o indivíduo humano traz consigo, mas para optar com esse poder de opção se requer estritas possibilidades possibilitantes*”³⁶.

Sem que o indivíduo tenha poder de optar pelas possibilidades, essas não podem realizarem-se. As possibilidades somente se atualizam com a intervenção opcional de um sujeito, a saber:

A possibilidade exigirá por sua mesma natureza a presença e a atuação de um sujeito; não é uma necessidade histórica que se dará sem a intervenção opcional de um sujeito, senão que por seu caráter de possibilidades históricas não se atualizarão mais que se projetiva e opcionalmente³⁷.

Isto não quer dizer que o sujeito tem um poder ilimitado, pois as possibilidades históricas estão sempre vinculadas, de algum modo, com as condições materiais da história. Na definição de Bloch, possibilidade é aquilo que está aberto e parcialmente condicionado³⁸. O sujeito se apropria a partir de condições dadas. “*Essas condições determinam o âmbito do que não se pode fazer e do que se pode fazer; mas se tivesse todas as condições dadas não seria história senão necessidade natural*”³⁹.

É evidente que não se pode desconhecer a existência de uma necessidade histórica e de dinamismos próprios da evolução histórica, a abordagem filosófica da realidade histórica ellacuriana reconhece a existência tanto de determinações objetivas como de forças históricas determinantes. A compreensão filosófica de história não supõe o abandono da natureza a presença de determinismos indica que a história surge da natureza. A história não se confunde com a natureza, mas a assume, por outro lado, a história não é mera prolongação do natural, pois o caráter formal da história está radicado na apropriação de

³⁶ Ellacuría, Op. cit., 1990, pp. 411-412.

³⁷ Ellacuría. Op. cit., 2009, p.310.

³⁸ Para aprofundar este tema Cf. Bloch, Ernst. *O princípio esperança*. vol. I. Tradução Nélio Schneider. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. Vol. I. p. 193- 246.

³⁹ Ellacuría, Op. cit., 2009, p. 313.

possibilidades. Na polêmica entre os autores que afirmam o caráter necessário de determinante da história e os que afirmam o caráter livre, Ellacuría pondera:

A história se faz com o que não é formalmente história; daí a complexidade que lhe é própria. Não se pode desprezar como não históricas forças que por si próprias não o são nem se pode pretender que haja forças históricas a margem do caráter natural dessas forças. É todo conjunto de forças o que move a história, mas o movido é histórico enquanto tem o triple caráter de transmissão tradente, atualização de possibilidades e criação de capacidades.⁴⁰

O processo histórico, para Ellacuría, é uma realidade aberta, pois as possibilidades não são dadas de uma única vez, mas constituem-se através do sujeito intramundano e arraigado. O ser humano, por ser essencialmente uma realidade aberta⁴¹ vai adquirindo através da história novas capacidades que não dispunha anteriormente. Daí que para Ellacuría o caráter criativo da história não se radica formalmente nas possibilidades, mas nas capacidades que o sujeito vai adquirindo processualmente e que lhe permite maior poder “criacional”.

(...) o destino da história é algo que a história se vai dando a si mesma: vai construindo suas próprias capacidades – por mais que estas sejam distintas das capacidades individuais – e se vai construindo ou, ao menos se pode chegar a construir, sua própria figura histórica⁴².

Sob esta ótica, Ellacuría pode argumentar que, apesar da existência de fatores determinantes, a história se constrói através da atividade humana, por meio de um dinamismo de possibilitação e capacitação⁴³. Ao contrário de Hegel e seu Espírito Absoluto, bem como de Marx, e sua tese sobre os meios de produção, Ellacuría centra-se no sujeito intramundano, que vivencia aquilo que, para os dois pensadores supracitados, seria pura subjetividade indeterminante.

⁴⁰ Ellacuría. Op. cit., 1990, pp.456-457.

⁴¹ “O Homem é um sistema animalmente aberto. Isto é, o sistema estrutural das notas humanas é tal que, por sua estruturação, a totalidade dessas notas, incluindo as físico-químicas, está determinada em ordem a sua própria realidade, a sua maneira de ser “de si próprio” tão somente inconclusamente. Sem esta inconclusão, sem esta abertura, nem o próprio quimismo humano seria sustentável. A substantividade humana é um sistema estrutural tal que, por sua própria estruturação (tanto psíquica como físico-química) está inconcluso em sua maneira de ser “de si próprio” e está precisamente para poder se viável inclusive organicamente. Em sua estruturação mesma, o homem é uma substantividade que somente é viável por ser aberta”, Zubiri, X. *Sobre El Hombre*. Madrid: Alianza Editorial, 1998, p. 75.

⁴² Ellacuría. Op. cit., 1990, p. 444.

⁴³ Samour. Op. cit., 2006, pp.331-332.

4.3. Sujeito histórico e sujeito da história

Uma vez identificada a existência de uma subjetividade nas estruturas sócio-históricas, bem como, que o conceito que define a história é o de possibilidades históricas, esta última, por sua vez, “*exigirá por sua mesma natureza a presença e a atuação de um sujeito*”⁴⁴.

É sujeito histórico quem é afetado historicamente (seja de forma passiva ou ativa), por um sistema de possibilidades, o qual se constitui “*não somente para um sujeito histórico, senão pela processual capacitação desse sujeito histórico*”⁴⁵. É a partir de um sistema de possibilidades, frisa-se esse termo, que se vai configurando o sujeito histórico, capaz de construir-se não só pessoalmente, mas também coletivamente.

O fato de ser sujeito histórico, para Ellacuría, não invalida a possibilidade de que se possa falar de um sujeito da história. “*Somente os sujeitos históricos podem ser sujeitos da história*”⁴⁶. Isto significa que, somente através de um sistema de possibilidades que se configuram em um determinado tempo e de forma opcional, pode-se atuar historicamente sobre a história. Somente como membro intrínseco da história se pode determinar a mesma. Ellacuría exclui, assim, a possibilidade de um sujeito anterior à história, ou mesmo, fora dela, quer supra, quer deterministicamente fora dela.

De acordo com Ellacuría, tomada a história no seu conjunto, não é possível comprovar a existência de um único sujeito intramundano, que abarque toda a história. Porém, esta realidade começou a mudar com a reestruturação unitária das sociedades e Estados, unidade esta que González refere-se como: “*A unidade da história não vem dada então pela existência de um gênero humano anterior a mesma, senão por unificação fática da humanidade sucedida na idade moderna*”⁴⁷. Ellacuría acrescenta:

Se disse que intramundamente não houve “uma” história, propriamente como tal até tempos recentes. Hoje é cada vez mais “uma” ainda que esta unidade seja estritamente dialética e enormemente dolorosa para a maior parte da humanidade. Ainda que se fale de distintos mundos (primeiro mundo, terceiro mundo, etc.), o mundo histórico é um ainda que contraditório.⁴⁸

Deste modo parece fazer sentido perguntar-se pela existência de um sujeito da história. Se por um lado não se pode comprovar a existência de um único sujeito empírico, por outro lado, “*é comprovável que muitos sujeitos empíricos tenham desempenhado um papel especial nas distintas histórias e na história resultantes*”⁴⁹.

⁴⁴Ellacuría. Op. cit., 2009, p. 310.

⁴⁵Ellacuría. Op. cit., 1990, p. 439.

⁴⁶Ellacuría. Op. cit. 2009, p. 321.

⁴⁷ González, Antônio. *Filosofia de la historia e liberación*. In: <http://www.praxeologia.org/madrie97.html>. (Acessado em 08/07/2010), p. 1.

⁴⁸ Ellacuría. Op. cit. 1990, pp. 41-42.

⁴⁹ Ellacuría. Op. cit., 2009, 2009, p. 324.

A história entendida como processo de possibilitação e capacitação, sobremaneira, supõe um sujeito coletivo (que não anule a subjetividade pessoal), pois ele teria maior incidência no curso da história. Este sujeito coletivo, mediante um processo histórico (práxis) e de tomada de consciência, pode desenvolver o máximo de suas potencialidades, isto é, mediante sua liberdade e criatividade deve chegar à constituir-se em autor do seu próprio processo histórico. Esta parece não ser uma tarefa pequena, mas não impossível: “*que a humanidade inteira, como sujeito último da história, possa chegar a ser a criadora e a dona de seu próprio curso histórico, da vida histórica inteira*”.⁵⁰

4.4. O sujeito da práxis histórica e “fim da história”

Em sua principal obra intitulada *Filosofia de la Realidad Histórica*, Ellacuría faz uma análise minuciosa dos distintos dinamismos que integram a realidade desde a matéria, a pessoa, sociedade e a temporalidade. Através desta análise Ellacuría chega a seguinte conclusão: a realidade histórica integralmente considerada tem um caráter de práxis⁵¹.

A realidade histórica, para Ellacuría, é o espaço onde ocorrem não somente as mais altas formas de realidade, mas também é o campo aberto das máximas possibilidades do real. Isto significa que a história não está acabada, mas se constrói através de um processo de possibilitação e capacitação, ou seja, tarefa de uma práxis histórica.

Aristóteles, ao confrontar *práxis* e *poiésis*, entendia que a *práxis* não cria nem produz, é a *poiésis* que produz, fabrica ou cria algo novo:

“(…) produção e ação são coisas diferentes (...) de fato a práxis não é produção e a produção não é práxis. Considerando que a arquitetura é uma arte e, também, por essência, um certo estado habitual produtivo unido à razão. (...) Toda arte se relaciona com o fazer, com a criação”.⁵²

Não é esta a concepção de Ellacuría que entende a práxis do seguinte modo: “somente o homem ‘realiza’ formalmente aquilo que faz, e realiza realizando-se, e é neste âmbito da realização que deve-se situar a práxis”⁵³. E acrescentava que nem todo fazer é práxis mas ressalva: “*Senão tão somente aquele fazer que é um fazer real da realidade, um fazer que vai além do fazer natural, porque a história, sendo sempre fato, é sempre mais que fato, e este “mais” é o novum, que o homem acrescenta à natureza, a partir dela, sobre ela*”⁵⁴.

Nesta perspectiva, a história não é tanto um “*factum*”, mas, sobretudo, um “*faciendum*”. A verdade da realidade histórica não é somente o já feito, isto é uma parte da realidade. É importante perceber o que se está fazendo e o que está por fazer e tomar

⁵⁰ Ellacuría. Op. cit., 1990, p. 444.

⁵¹ Ibidem, pp. 43 – 372.

⁵² Aristóteles. *Ética Nicomachea*. 3ed. Traduzione Carlo Natali. Bari: Editori Laterza, 2003, 1140b.

⁵³ Ellacuría. Op. cit., 1990, p. 471.

⁵⁴ Ibidem, p. 471.

consciência – individual e socialmente – do que está por fazer. A tese central em que se apóia a filosofia da realidade histórica de Ellacuría é justamente que a realidade e verdade têm que fazer-se e descobrir-se na complexidade coletiva e sucessiva da história, logo é uma tarefa da práxis humana e histórica.

É a partir do horizonte histórico, social e político que o filósofo naturalizado salvadorenho pensa a práxis como ferramenta para elaborar uma filosofia da libertação. Uma práxis que permita “*a construção de um mundo novo, é o horizonte utópico e escatológico ante uma realidade sangrenta de morte, violência, pobreza inumana, injustiças e exploração*”.⁵⁵

Conforme García, a opressão histórica é causada por forças sociais. Logo pelas mesmas forças sociais é possível dismantelar essas forças opressoras e conduzir a humanidade a instâncias mais humanas⁵⁶. A proposta de libertação do autor basco-salvadorenho propõe resgatar essas forças sociais que andaram esquecidas. Trata-se, sobremaneira, do resgate das maiorias populares empobrecidas: “*Aquelas autênticas maiorias da humanidade, quer dizer, a imensa maior parte da humanidade, que vive em um nível de pobreza em que apenas podem satisfazer as necessidades básicas fundamentais*”⁵⁷.

Partindo da realidade histórica, Ellacuría descobre o chamado profundo do real: a filosofia não pode tergiversar e ocultar esta realidade. Que as maiorias populares empobrecidas da humanidade sejam o sujeito e objeto da práxis parece ser algo aceitável, até o presente momento. Mas, Ellacuría vai adiante, afirmando “*Que sejam os mais pobres os encarregados de sentir e fazer sentir a necessidade imperiosa de transformar a história é uma verdade de fato*”⁵⁸.

É importante observar que a proposta de Ellacuría não se confunde com a proposta dos Déspotas Ilustrados, passível de ser sintetizada na máxima: *tudo para o povo, pelo povo, mas sem o povo*⁵⁹. De acordo com Castellón Martín, na proposta filosófica libertadora do autor em questão, há espaço para gente de base e ilustrados⁶⁰. Contudo, a história comprova que somente quando essas maiorias populares empobrecidas tomam consciência de sua grave situação e se tornam os protagonistas da transformação de sua realidade histórica é que se tornam também reconhecidos pela sociedade. Esse é o nóculo teórico sobre o qual a proposta ellacuriana assenta-se: as maiorias populares empobrecidas são o verdadeiro sujeito da práxis histórica. “*O ideal utópico – corrobora Ellacuría, respondendo a Marx – quando se*

⁵⁵ Castellón Martín, J.J. *Ellacuría y la filosofía de la praxis*. Ed. cit., pp.87-88.

⁵⁶ García, V. F. El lugar que da verdad: la filosofía de la realidad histórica de Ignacio Ellacuría. México: Porrúa/UIA, 1997, p. 227.

⁵⁷ Ellacuría, Ignacio. *Universidad, derechos humanos y mayorías populares*, Revista de Estudios Centroamericanos ECA 406, 1982, p. 791.

⁵⁸ Castellón Martín, J.J. Op. cit., 2003, p. 135.

⁵⁹ Cf.: *Despotismo Ilustrado*. In: http://pt.wikilingue.com/es/Despotismo_ilustrado. (Acessado em 05/07/2010).

⁶⁰ *Ibidem*, p. 137.

*apresenta realizável paulatinamente e é assumido pelas maiorias populares, chega a converter-se em uma força maior que a forças das armas*⁶¹.

Ellacuría procura distanciar-se de todos aqueles autores que, de algum modo, interpretam a história de forma apriorística e teleológica⁶². Para o filósofo naturalizado salvadorenho o tema do “final da história” é um equívoco. Será que é possível descobrir uma racionalidade e um sentido que dê conta daquilo que está acontecendo na história? É possível calcular o “fim da história”? Ellacuría entende a realidade histórica como apropriação e atualização de possibilidades e não como desenvolvimento em ato de uma potência já dada “*a filosofia decimonónica da história, segundo a qual tanto materialistas como idealistas haviam entendido a história desde as categorias aristotélicas de ato e potencia*”⁶³. Conforme Zubiri a utilização destas duas categorias aristotélicas impediu que esses autores entendessem adequadamente a novidade da história ao conceberem-na como desenvolvimento de um princípio que já está dado potencialmente na natureza humana, na matéria ou na lógica da Idéia.

Por outro lado, Fukuyama crê que através da democracia liberal ocidental a história da humanidade teria chegado ao seu estágio final. Mas será que realmente o curso da história chegou ao seu final? Fukuyama desenvolve uma linha de abordagem da história desde Platão até Hegel a fim de mostrar que a democracia liberal é o coroamento da história da humanidade.

A democracia liberal substitui o desejo irracional de ser reconhecido como maior do que os outros pelo desejo racional de ser reconhecido como igual. Um mundo feito de democracias liberais, então, seria menor incentivo para guerras, uma vez que haveria o reconhecimento recíproco da legitimidade entre todas as nações⁶⁴.

Após o colapso do comunismo, a história universal da humanidade ruma em uma única direção: a democracia liberal. É o capitalismo liberal o destino da história? Fukuyama responde: “*mal podemos imaginar um mundo radicalmente melhor do que o nosso ou um*

⁶¹ Ellacuría, Ignacio & Sobrino, Jon. *Mysterium Liberationis*. San Salvador: UCA Editores, 1993, p. 425.

⁶² Ellacuría entende por apriorísticas e teleológicas, as tentativas de compreensão da história que resultam, não apenas, em uma periodização da mesma, mas implicam no estabelecimento arbitrário de um telos. Segundo Hegel: “... a história universal é a exposição do espírito, de como o espírito trabalha para chegar a saber o que é em si. Os orientais não sabem o que é o espírito, ou o homem como tal, é livre em si. E como não o sabem, não o são. Somente sabem que tem um que é livre. (...) Este um é o déspota. (...) A consciência da liberdade somente surgiu entre os gregos; e por isso os gregos foram livres. Porém eles, assim como os romanos, apenas souberam que alguns são livres, mas não o homem como um todo. (...) Apenas as nações germânicas chegaram, no cristianismo, à consciência de que o homem é livre como homem, de que a liberdade do espírito constitui sua natureza mais própria.” HEGEL, G. W. F. Op. Cit. 1994. p. 67. Para Augusto Comte: “Essa lei consiste em que cada uma de nossas concepções principais, cada ramo de nossos conhecimentos, passa sucessivamente por três estados históricos diferentes: o estado teológico ou fictício, estado metafísico ou abstrato, estado científico ou positivo” Comte, Auguste. Curso de Filosofia Positiva. (OS PENSADORES). São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 10.

⁶³ Gonzáles, Antonio. *Filosofia de la historia y liberación*, en varios, Voluntad de vida, Seminario Zubiri-Ellacuría, Managua, 1993, p. 213.

⁶⁴ Fukuyama, Francis. *O fim da história e o último homem*. Tradução de Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, p. 21.

futuro que não seja essencialmente capitalista e democrático (...) não podemos visualizar um mundo essencialmente diferente do atual e ao mesmo tempo melhor”⁶⁵.

Logo, só existe um único caminho, uma única história e um único processo de humanização. Segundo essa visão de história chegamos ao fim das “ideologias”, ao fim das utopias⁶⁶, ao fim das alternativas. Temos um único modelo compatível com as exigências econômicas e tecnológicas das sociedades desenvolvidas. Postula-se assim um único fim para a humanidade e para o homem. A história, como processo histórico, chegou de fato ao seu final? Será a democracia liberal a única via possível para o processo de humanização?

Ellacuría interpreta a história como uma totalidade qualificada e está configurada e ativada pela práxis geradora de possibilidades, irreduzível a um determinado sujeito ou a fatores de produção material. A história é uma realidade plural e complexa e não está naturalmente, nem biologicamente ou ainda teleologicamente fixada:

A história é em princípio e por si mesma, aberta e indefinida; poderão falhar suas bases materiais e com elas toda possibilidade do curso histórico; poderá ir consumindo e degradando seu sistema próprio de possibilidades, mas por si não tem um curso fechado nem uma trajetória fixa que a leve ao seu final nem em cada nação nem na totalidade da humanidade.⁶⁷

Para Ellacuría o dinamismo histórico é um dinamismo de possibilitação, isto é, de atualização de possibilidades. A história, assim entendida, não é senão a criação sucessiva de novas possibilidades e, conseqüentemente, com a rejeição e marginalização de outras. A história consiste, então, sob esta ótica, em transmissão *tradente* de possibilidades:

São as coisas, no sentido mais amplo e geral do termo, que, em seu trato com elas, se nos fazem presentes como possibilidades, seja a modo de instâncias ou a modo de recursos, e esse trato com as coisas é um trato efetivo com elas e não se fundam em um mero exercício teórico da razão. Há, assim, um duplo jogo entre o que as coisas podem oferecer desde elas mesmas ao homem e o que o homem pode fazer surgir delas como possibilidades. Este jogo é, em definitivo, o jogo da história: nunca se acabará de descobrir o conjunto sistemático de possibilidades que os homens e as coisas são capazes de iluminar, segundo sejam estas situações nas quais se relacionam coisas e homens; somente quando a história for concluída, terão terminado as possibilidades reais e se poderá saber o que é de verdade a realidade humana.⁶⁸

⁶⁵ *Ibidem*, p. 77.

⁶⁶ “Os pronunciamentos mais recentes sobre o fim de todo conflito, da vitória final do capitalismo liberal e da morte da utopia são mais convincentes – e mais ameaçadores. A partir da perspectiva dos vencedores da Guerra Fria, toda crítica é descartada como irracional e irreal. A utopia foi rotulada como intelectualmente falida, um verniz moralmente repugnante do comunismo. A partir da perspectiva dos profetas do fim, o livre mercado e os direitos humanos são ideologias não-ideológicas que sobraram, provas finais da benevolência pragmática do American way” Douzinas, Costas. *O fim dos Direitos Humanos*. Tradução de Luiza Araújo. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2009, p. 381-382).

⁶⁷ Ellacuría, Ignacio, 1990. *Op. cit.*, p. 355.

⁶⁸ *Ibidem*, pp. 413 – 414.

Esta proposta sobre o dinamismo da realidade histórica e atualização de realidade em condição de possibilidade elaborada por Ellacuría questiona todos aqueles autores (Hegel, Marx, Fukuyama) que, de algum modo, formularam a Filosofia da História prefixada teleologicamente. A história não pode ser entendida desde o futuro, pois o sentido da história não está fora dela, mas sim, nela mesma. Logo, a realidade histórica não é algo que se prediz, senão algo que se produz e se cria a partir da criatividade humana conforme um sistema de possibilidades que se oferecem em cada momento da história.

Neste sentido, o tema do final da história, para Ellacuría, não pode vir senão das próprias ações humanas, ou seja, de comportamentos históricos. A possibilidade do final da história, bem como a possibilidade de mudanças drásticas que conduzam a história a instâncias mais humanas está inscrito no próprio processo histórico. “*A possibilidade de finalizar a história poderia converter-se assim na possibilidade para entrar em outra etapa da história*”⁶⁹. Há, portanto, desde a história mesma uma possibilidade real (ou possibilidades) de conduzir a história a instâncias mais humanizadoras.

A história, desde este ponto de vista, é um processo criativo e sempre aberto e não predeterminado a um único fim específico. O destino da história é algo que emerge da história mesma, com suas próprias possibilidades e capacidades, sobretudo sua própria figura histórica⁷⁰. Sendo assim, para Ellacuría a história se apresenta como um processo que não está concluído, mas é como um processo, uma tarefa aberta.

5. Considerações finais

A pergunta sobre a possibilidade de identificar um possível sujeito da história é um tema de suma importância para a filosofia política de Ignacio Ellacuría. Esta pergunta é analisada desde a perspectiva da realidade histórica, porque é justamente aí onde se fazem presentes todas as demais formas de realidade (material; biológica; social e pessoal); é o lugar, por consequência, onde atualizam-se as máximas possibilidades do real e, de modo mais concreto, a possibilidade de conduzir a humanidade até instâncias mais humanas.

Em diálogo com as visões determinísticas e teleológicas da história, dos filósofos da ilustração, Ellacuría propõe-se a redimensionar os paradigmas modernos da história, contudo, sem renunciar ao ideal emancipatório daqueles, mas apoiando-se em uma nova compreensão de história, que não incide no erro de um materialismo fechado, nem mesmo de um espiritualismo absolutizador. A realidade histórica, para Ellacuría, é aberta, não está determinada conceitualmente por uma ordem *a priori*, ou mesmo, por leis naturais, conforme os naturalistas. Aquilo que é a realidade, depende do o sujeito faz com ela.

A história tem que ser entendida através desta abertura dinâmica da realidade. Isto significa que a história não está acabada; tudo porque ela se constrói através de um processo

⁶⁹ Ellacuría. Op. Cit.,1990, p. 372.

⁷⁰ Ellacuría. Op. Cit.,1990, p. 444.

de criação e capacitação de possibilidades, isto é, mediante uma *práxis* histórica. Sob esta perspectiva, o futuro não está esgotado. Obviamente isto não constitui certeza previamente determinada de que o que há por vir será melhor. A *práxis* deve ser entendida sempre como processo ambíguo: pode ser “princípio de humanização”, mas pode ser também “princípio de desumanização”. A abertura histórica apresenta-se, assim, como um grande desafio para o homem, para a humanidade como um todo.

A proposta das maiorias populares, como objeto e sujeito da história, não pode ser entendida (analisada) fora de uma dimensão utópica. Ellacuría era consciente desta dimensão assentada nas maiorias populares: ‘a humanidade deve chegar a ser sujeito da história, dona do seu próprio destino’. Esta proposta utópica ellacuriana não tem os matizes das utopias clássicas, que extraem sua força e reivindicação de um ideal futuro previsto; mas da dor, da injustiça, do desprezo e da esperança. A utopia se torna o motor que impulsiona as maiorias populares numa busca permanente de humanização. Este será sempre o jogo da história, um jogo dialético, onde o sujeito deve ser as maiorias populares, arraigadas no fluxo histórico, livres do materialismo absoluto, bem como, da logicização determinadora prévia do Idealismo Absoluto.

Bibliografia

- ABBAGNANO, N. *História da Filosofia*. vol. X. 3 ed. Tradução de Armando da Silva Carvalho e António Ramos Rosa. Lisboa: Editorial Presença, 1985.
- ARISTÓTELES. *Ética Nicomachea*. 3ed. Traduzione Carlo Natali. Bari: Editori Laterza, 2003.
- BLOCH, Ernst. *O princípio esperança*. vol. I. Tradução Nélio Schneider. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- CASTELLÓN MARTÍN, J.J. *Ellacuría y la filosofía de la praxis*. Huelva: Hergué Editorial, 2003.
- COLOMER, Eusebi. *El Pensamiento Alemán de Kant a Heidegger*. vol. II. Barcelona: Editorial Herder, 1986.
- El Pensamiento Alemán de Kant a Heidegger*. vol. III. Barcelona: Editorial Herder, 2006.
- COMTE, Auguste. *Curso de Filosofía Positiva*. (OS PENSADORES). São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- DOUZINAS, Costas. *O fim dos Direitos Humanos*. Tradução de Luiza Araújo. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2009.
- ELLACURÍA, Ignacio. *Filosofía de la realidad histórica*. Madrid: Editorial Trotta, 1990.
- “Universidad, derechos humanos y mayorías populares”, *Revista de Estudios Centroamericanos ECA* 406, 1982.
- Cursos universitarios*. San Salvador: UCA Editores, 2009.
- ELLACURÍA, Ignacio; *Para una Filosofía desde América Latina*. Santafé de Bogotá: Colección Universitas Philosophia, 1992.

- SCANNONE, Juan
Carlos (Comp.)
ELLACURÍA,
Ignácio; SOBRINO,
Jon.
FUKUYAMA,
Francis.
GARCÍA, V. F
GARDINER,
Patrick.
GONZÁLES,
Antonio.
GRACIA, D.
HEGEL, Georg
Wilhelm.
INWOOD, Michael.
MARX, KARL e
ENGELS, F.
SAMOUR, H.
TOLEDO, Luiz
Machado.
ZUBIRI, X.
- Mysterium Liberationis*. San Salvador: UCA Editores, 1993.
- O fim da história e o último homem*. Tradução de Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- El lugar que da verdad: la filosofía de la realidad histórica de Ignacio Ellacuría*. México: Porrúa/UIA, 1997.
- Teorias da História*. 5 ed. tradução de Vítor Matos de Sá. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2004.
- Filosofía de la historia y liberación*, en varios, Voluntad de vida, Seminario Zubiri-Ellacuría, Managua, 1993.
- Filosofía de la historia e liberación*. In: www.praxeologia.org/madrie97.html. (Acessado em 08/07/2010), p. 1. “La historia como problema metafísico”, en *Realitas* III-IV, (1979), 79-149.
- Introduccion a la historia de la filosofia*. Buenos Aires: Aguilar, 1965.
- Lecciones sobre la filosofía de la historia universal*. Tradução de José Gaos. Madrid: Alianza Editorial, 1994.
- Filosofia da História*. Tradução de Maria Rodrigues e Hans Harden. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.
- Dicionário Hegel*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- A Ideologia Alemã*. 6 ed. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.
- Manifesto do Partido Comunista 1848*. Tradução de Sueli Tomazini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM Editores, 2001.
- O Capital*. vol.I. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.
- Voluntad de Liberación*, San Salvador, UCA editores, 2006.
- In: *Teoria da dependência na América Latina*. <http://www.scielo.br/pdf/ea/v13n35/v13n35a18.pdf> (Acessado em 07/07/2010), p. 4.
- Sobre El Hombre*. Madrid: Alianza Editorial, 1998.
- Estructura dinámica de la realidad*. Madrid: Alianza Editorial, 1989.